

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Redentor Energia S.A. (“Redentor” ou “Companhia”), apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, com as respectivas notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal.

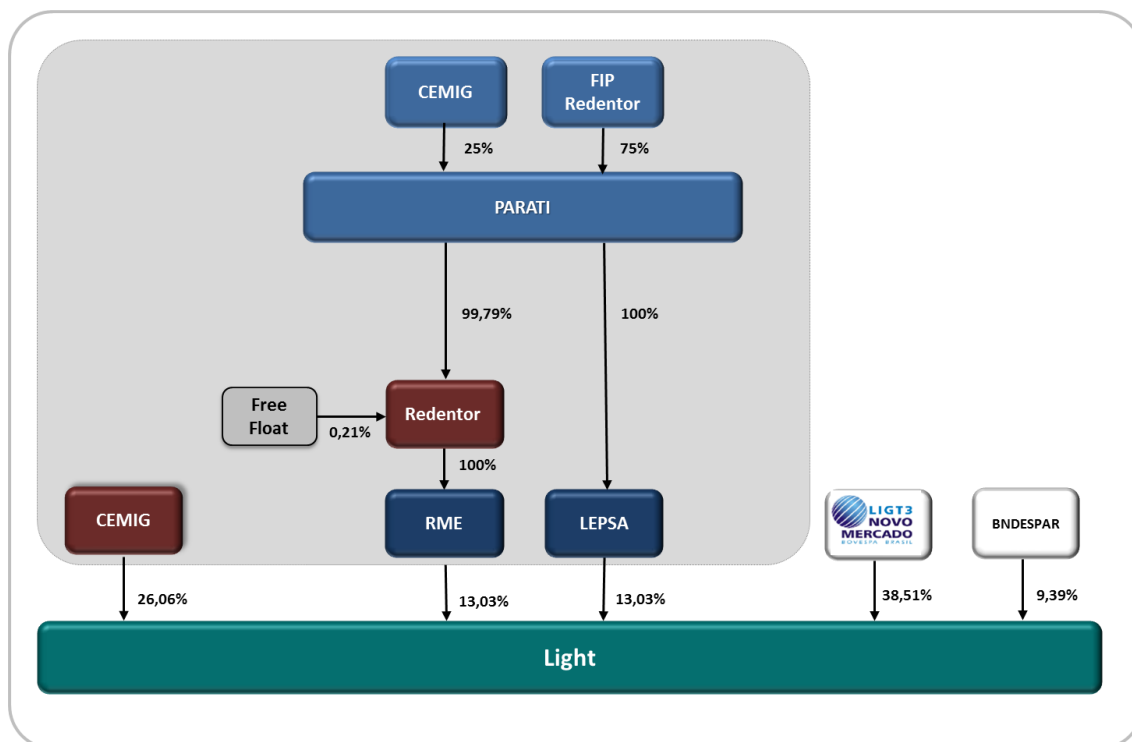
1 - Perfil da Companhia.

A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29 de abril de 2010, com sede social em Belo Horizonte/MG, tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

A Companhia possui 99,79% das ações da empresa Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) que, por sua vez, possuía 13,03% das ações da Light S.A (“Light”). A Light é uma companhia aberta, que atua como holding de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Sua composição acionária é formada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG com 25% e o Redentor Fundo de Investimentos em Participações (“FIP Redentor”) com o restante 75%. O FIP Redentor tem como cotistas o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Votorantim S.A., o BB Banco de Investimento S.A. e o Banco BTG Pactual S.A.

2- Organograma.



3- Governança Corporativa.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 5 Conselheiros, sendo 2 indicados pela Cemig e 2 pelo FIP Redentor, e um eleito com Conselheiro Independente. Seu Conselho Fiscal é composto por 4 Conselheiros Efetivos e 4 Conselheiros Suplentes, sendo 2 indicado pela Cemig e 2 pelo FIP Redentor.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016

Administração

Redentor Energia S.A.

*Demonstrações Financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as demonstrações financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

REDENTOR ENERGIA S.A.BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>ATIVO</u>					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	10	2	1.206	738
Títulos e valores mobiliários	4	738	1.100	6.564	7.476
Dividendos a receber	5	1.449	20.659	1.312	20.515
Tributos e contribuições a recuperar	6	638	348	982	658
		<u>2.835</u>	<u>22.109</u>	<u>10.064</u>	<u>29.387</u>
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	4	435	439	1.585	1.050
Investimentos	7	486.532	480.750	478.216	472.873
Impostos diferidos	6	-	-	130	208
		<u>486.967</u>	<u>481.189</u>	<u>479.931</u>	<u>474.131</u>
Total do Ativo		<u>489.802</u>	<u>503.298</u>	<u>489.995</u>	<u>503.518</u>
<u>PASSIVO</u>					
CIRCULANTE					
Fornecedores		20	20	24	35
Tributos e contribuições	6	6	5	194	207
Dividendos a pagar	9	1.413	20.576	1.413	20.576
Outros		4	5	5	8
		<u>1.443</u>	<u>20.606</u>	<u>1.636</u>	<u>20.826</u>
PATRIMONIO LÍQUIDO					
Capital Social	10	250.576	250.576	250.576	250.576
Reserva de lucros		198.522	191.443	198.522	191.443
Ajuste de avaliação patrimonial		50.865	53.407	50.865	53.407
Outros resultados abrangentes		(11.604)	(12.734)	(11.604)	(12.734)
		<u>488.359</u>	<u>482.692</u>	<u>488.359</u>	<u>482.692</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>489.802</u>	<u>503.298</u>	<u>489.995</u>	<u>503.518</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita Operacional-equivalência patrimonial	7	6.101	86.987	5.525	86.378
Despesas Operacionais					
Administrativas e gerais		(557)	(549)	(747)	(738)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.544	86.438	4.778	85.640
Resultado financeiro					
Receitas de aplicações financeiras		267	197	1.293	1.286
Despesas financeiras		(1)	-	(1)	(14)
		266	197	1.292	1.272
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.810	86.635	6.070	86.912
Imposto de renda e contribuição social exercício corrente	6	140	-	(42)	(199)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(78)	(78)
		140	-	(120)	(277)
Lucro líquido do exercício		5.950	86.635	5.950	86.635
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	11	0,05	0,80	0,05	0,80
Média ponderada de ações no exercício (Lote de mil ações)		108.481	108.481	108.481	108.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro do exercício	5.950	86.635	5.950	86.635
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - reflexo da investida indireta Light	1.130	(2.750)	1.130	(2.750)
Resultado abrangente do exercício	<u>7.080</u>	<u>83.885</u>	<u>7.080</u>	<u>83.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Reservas de Lucros			Dividendos adicionais propostos	Ajuste Aval. Patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva Estatutária		Reserva reflexa custo atribuído	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		250.576	11.456	111.364	50.730	55.971	(9.984)	-	470.113
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	86.635	86.635
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	(2.750)	-	(2.750)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	(2.750)	86.635	83.885
Pagamento de dividendos adicionais propostos R\$0,47		-	-	-	(50.730)	-	-	-	(50.730)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa		-	-	-	-	(2.564)	-	2.564	-
Destinação do resultado do exercício									
Reserva Legal	9/10	-	4.332	-	-	-	-	(4.332)	-
Dividendos estatutários a pagar R\$0,16	9/10	-	-	-	-	-	-	(20.576)	(20.576)
Reserva de Lucros Estatutárias	9/10	-	-	64.291	-	-	-	(64.291)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		250.576	15.788	175.655	-	53.407	(12.734)	-	482.692
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	5.950	5.950
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	1.130	-	1.130
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	1.130	5.950	7.080
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa		-	-	-	-	(2.542)	-	2.542	-
Destinação do resultado do exercício									
Reserva Legal	9/10	-	297	-	-	-	-	(297)	-
Dividendos estatutários a pagar R\$0,01	9/10	-	-	-	-	-	-	(1.413)	(1.413)
Reservas de lucros estatutárias	9/10	-	-	6.782	-	-	-	(6.782)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		250.576	16.085	182.437	-	50.865	(11.604)	-	488.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Nota	2015	2014	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.810	86.635	6.070	86.912
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	7 (6.101)	(86.987)	(5.525)	(86.378)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) tributos e contribuições a recuperar e pagar	(149)	(65)	(379)	(3.781)
Receitas Financeiras incidentes sobre Títulos e Valores Mobiliários	(267)	197	(1.293)	1.286
Aumento (Redução) em fornecedores	-	17	(11)	32
(Redução) em outras obrigações	(1)	-	(3)	-
Dividendos recebidos	20.659	68.089	20.515	47.544
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>19.951</u>	<u>67.886</u>	<u>19.374</u>	<u>45.615</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Títulos e valores imobiliários	<u>633</u>	<u>(244)</u>	<u>1.670</u>	<u>14.134</u>
Total gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>633</u>	<u>(244)</u>	<u>1.670</u>	<u>14.134</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos Pagos	<u>(20.576)</u>	<u>(67.641)</u>	<u>(20.576)</u>	<u>(67.641)</u>
Total consumido pelas atividades de financiamento	<u>(20.576)</u>	<u>(67.641)</u>	<u>(20.576)</u>	<u>(67.641)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>468</u>	<u>(7.892)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	3 2	1	738	8.630
No fim do período	3 10	2	1.206	738
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>468</u>	<u>(7.892)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços e despesas administrativas		<u>(335)</u>	<u>(355)</u>	<u>(458)</u>	<u>(507)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(335)</u>	<u>(355)</u>	<u>(458)</u>	<u>(507)</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	7	6.101	86.987	5.525	86.378
Receitas financeiras		267	197	1.293	1.286
Valor adicionado total a distribuir		<u>6.033</u>	<u>86.829</u>	<u>6.360</u>	<u>87.157</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>6.033</u>	<u>86.829</u>	<u>6.360</u>	<u>87.157</u>
Pessoal					
Pró labore- Administradores		178	161	212	192
Encargos previdenciários - INSS		<u>36</u>	<u>33</u>	<u>42</u>	<u>39</u>
		<u>214</u>	<u>194</u>	<u>254</u>	<u>231</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Imposto de renda e contribuição social		(140)	-	120	277
PIS e COFINS s/receita financeira		<u>8</u>	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>-</u>
		<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>155</u>	<u>277</u>
Remuneração de capital de terceiros					
Juros		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>14</u>
Remuneração de Capital Próprio	8	1.413	20.576	1.413	20.576
Reserva legal	8	297	4.332	297	4.332
Lucros retidos		<u>4.240</u>	<u>61.727</u>	<u>4.240</u>	<u>61.727</u>
		<u>5.950</u>	<u>86.635</u>	<u>5.950</u>	<u>86.635</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Redentor Energia S.A. (“Companhia” ou “Redentor”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Belo Horizonte/MG, tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

A Companhia foi constituída em 29 de abril de 2010, por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A., e teve como aporte inicial de capital a totalidade as ações da empresa Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) que, por sua vez, possuía 13,03% das ações da Light S.A. (“Light”). A Light é uma companhia aberta, que atua como holding de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

A controlada RME foi constituída em 23 de março de 2006, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto a participação direta ou indireta no capital de empresas que atuem no setor de energia elétrica. A RME possui 13,03% das ações da Light.

Em 12 de maio de 2011, a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia (“Parati”), empresa coligada da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), adquiriu do Fundo de Investimento em Participações - PCP (“FIP-PCP”) 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, tornando-se assim o seu acionista controlador.

2. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A aprovação para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 29 de março de 2016.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para

milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Base de consolidação

(i) *Investimento em controlada*

Controladas são todas as entidades (incluindo as Sociedades de Propósito Específico) nas quais a Companhia possui os seguintes atributos:

- (i) poder sobre a investida;
- (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do grupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida.

(iii) *Demonstrações financeiras individuais*

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controlada estão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio

do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e empréstimos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem equivalentes de caixa e dividendos a receber, e outros créditos.

Mantidos até o vencimento

Encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São reconhecidos inicialmente ao valor justo e são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

(d) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas as informações financeiras da controlada foram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, inicialmente pelo custo.

(e) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Durante o exercício de 2015, a administração não identificou evidências que pudessem identificar que seus ativos financeiros sofreram perdas em seus valores recuperáveis.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos não financeiros ao valor recuperável.

(f) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros

esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

(g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras representam tarifas bancárias e encargos financeiros.

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a recuperar esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que serão aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(i) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

(j) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(k) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas constantes neste relatório.

(l) Normas e interpretações que entraram em vigor desde 1º de janeiro de 2015

- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias anuais às IFRSs - Ciclo Anuais 2010-2012.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações às normas existentes.

(m) Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015, e ainda não adotados

Em vigor para períodos anuais iniciados ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.

- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas (“*Joint Operation*”).
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou “*Joint Venture*”.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

Em vigor para períodos anuais iniciados ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes.

Em vigor para períodos anuais iniciados ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Arrendamento mercantil.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Não são esperados impactos significativos quando das aplicações de nenhuma modificação às normas descritas acima.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bancos - Conta corrente	10	2	25	3
Aplicações financeiras	-	-	1.181	735
Total	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>1.206</u>	<u>738</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média dessas aplicações foi de 95,0% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (100,0% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 12.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ATIVO CIRCULANTE				
Certificados de Depósitos Bancários		-	967	1.281
Letras Financeiras - Bancos	-	-	3.129	3.140
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	636	-
Debêntures	738	1.100	1.830	2.984
Outros	-	-	2	71
	<u>738</u>	<u>1.100</u>	<u>6.564</u>	<u>7.476</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Letras Financeiras - Bancos	-	-	84	93
Debêntures	435	439	1.501	955
Outros	-	-	-	2
	<u>435</u>	<u>439</u>	<u>1.585</u>	<u>1.050</u>
Total	<u>1.173</u>	<u>1.539</u>	<u>8.149</u>	<u>8.526</u>

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias, está apresentada na nota explicativa nº 12.

As aplicações financeiras pré ou pós-fixados são remuneradas a um percentual médio de 95,0% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2014), Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

5. DIVIDENDOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RME	1.449	20.659	-	-
Light	-	-	1.312	20.515
Total	<u>1.449</u>	<u>20.659</u>	<u>1.312</u>	<u>20.515</u>

Na controladora, o saldo de R\$1.449, em 31 de dezembro de 2015 e de R\$20.659 em 31 de dezembro de 2014, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios da controlada RME.

No consolidado, o saldo de R\$1.312, em 31 de dezembro de 2015 e de R\$20.515 em 31 de dezembro

de 2014 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios da investida Light.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	57	29	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	581	319	-	-
Outros	-	-	6	5
Total	638	348	6	5

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	222	266	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	760	392	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	-	182	199
IRPJ e CSLL a diferidos	130	208	-	-
Outros	-	-	12	8
Total	1.112	866	194	207

Circulante	982	658	194	207
Não circulante	130	208	-	-

Impostos diferidos

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributos diferidos</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributos diferidos</u>
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social				
Adoção da Lei nº 11.638	383	130	612	208

Os valores acima se referem à formação do ativo diferido na constituição da controlada RME em 2006, por conta de despesas pré-operacionais com assessorias e outros custos incorridos para a aquisição de participação da Light S.A. ("Light"). Naquela ocasião, a decisão dos administradores foi pela amortização do diferido em 120 meses, conforme previa a legislação vigente à época. Com as mudanças contábeis na adoção da Lei 11.638/07, o saldo do ativo diferido não amortizado até dezembro de 2010, foi liquidado diretamente no Patrimônio Líquido. No mesmo momento, a controlada constituiu um ativo fiscal diferido também com contrapartida no Patrimônio Líquido.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até

que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resultam em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. A Companhia optou pela não adoção antecipada da legislação em 2014 e efetuou a adoção da Lei no início de sua vigência em 2015.

6.1. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	5.810	86.635	6.070	86.912
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(1.975)</u>	<u>(29.456)</u>	<u>(2.064)</u>	<u>(29.550)</u>
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	2.074	29.576	1.879	29.369
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	-	-
Compensação de prejuízos/ créditos fiscais não reconhecidos dadas incertezas na sua realização e outros	<u>41</u>	<u>(120)</u>	<u>65</u>	<u>(96)</u>
IR e CSLL apresentados na demonstração do resultado	<u>140</u>	<u>-</u>	<u>(120)</u>	<u>(277)</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	140	-	(42)	(199)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(78)	(78)

7. INVESTIMENTOS

(a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Rio Minas Energia Participações S.A.	486.532	480.750	-	-
Light S.A.	-	-	478.216	472.873
Total	<u>486.532</u>	<u>480.750</u>	<u>478.216</u>	<u>472.873</u>

(b) Informações sobre a companhia controlada RME

A RME é parte do bloco de controle da Light, com participação de 13,03% no seu capital social:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Participação no capital	100%	100%
Total de ativos	488.174	501.628
Capital social integralizado	205.429	205.429
Patrimônio líquido	486.532	480.750
Lucro líquido do exercício	6.101	86.987

(c) Informações sobre a controlada em conjunto indireta Light (consolidado)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Participação no capital	13,03%	13,03%
Total dos ativos	14.905.979	13.634.194
Capital social integralizado	2.225.822	2.225.822
Patrimônio líquido	3.669.622	3.628.625
Lucro líquido do exercício	42.395	662.831

Segue o resumo dos balanços patrimoniais consolidados e das demonstrações dos Resultados dos Exercícios da investida indireta Light em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Ativo</u>	<u>14.905.979</u>	<u>13.634.194</u>
Ativo circulante	3.976.236	2.955.252
Ativo não circulante	10.929.743	10.678.942
<u>Passivo</u>	<u>14.905.979</u>	<u>13.634.194</u>
Passivo circulante	4.399.371	2.924.772
Passivo não circulante	6.836.986	7.080.797
Patrimônio líquido	3.669.622	3.628.625
	<u>Consolidado</u>	
<u>Demonstração do resultado</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> Reapresentado
Receita operacional líquida	10.647.304	9.200.832
Custo da operação	(9.064.702)	(7.296.566)
Lucro bruto	1.582.602	1.904.266
Despesas operacionais	(820.420)	(661.278)
Resultado equivalência patrimonial	(121.841)	134.619
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	640.341	1.377.607
Resultado financeiro	(511.552)	(442.480)
Resultado antes do imposto renda e contribuição social	128.789	935.127
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(63.983)	(116.154)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(22.411)	(156.142)
Lucro líquido do período	<u>42.395</u>	<u>662.831</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a investida indireta Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$423.135 (em 31 de dezembro de 2014, capital circulante positivo em R\$30.480). A redução no capital circulante durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu principalmente em função de: (i) investimentos significativos na rede de distribuição e em combate a perdas, (ii) volume de captações de empréstimos de curto prazo e (iii) atraso na liberação dos recursos oriundos de linhas de financiamento junto ao BNDES. A investida indireta Light espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conjuntamente com a redução esperada de investimentos em 2016 e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a investida indireta Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração da investida indireta Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a investida indireta Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$979.481 em 2015 e R\$585.474 em 2014.

(d) Movimentação dos investimentos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	471.239	453.132
Dividendos	(74.726)	(63.887)
Resultados de equivalência patrimonial - reconhecido diretamente no patrimônio líquido - DRA	(2.750)	(2.750)
Resultado de equivalência patrimonial	86.987	86.378
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>480.750</u>	<u>472.873</u>
Dividendos	(1.449)	(1.312)
Resultados de equivalência patrimonial - reconhecido diretamente no patrimônio líquido - DRA	1.130	1.130
Resultado de equivalência patrimonial	<u>6.101</u>	<u>5.525</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>486.532</u></u>	<u><u>478.216</u></u>

(e) Parcela A e outros itens financeiros

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a parcela A e outros itens financeiros incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela controlada Light SESA, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término deste contrato de concessão serão acrescentados ou abatidos do valor da indenização dos bens não depreciados ou amortizados, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

Segue abaixo a composição do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros:

	31.12.2015					
	Circulante		Não circulante		Total	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	1.631.616	(161.972)	80.485	(32.684)	1.712.101	(194.656)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	766.638	-	79.089	-	845.727	-
Custo de aquisição de energia	836.608	(478)	-	(2.389)	836.608	(2.867)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(154.052)	-	(26.698)	-	(180.750)
PROINFA	-	(6.749)	-	(131)	-	(6.880)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.410	-	1.396	-	6.806	-
Transporte de energia pela rede básica	22.960	(693)	-	(3.466)	22.960	(4.159)
Itens Financeiros	50.329	(999.447)	6.411	(14.852)	56.740	(1.014.299)
Outros itens financeiros	49.644	(767.745)	2.987	-	52.631	(767.745)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	685	(225.802)	3.424	(14.852)	4.109	(240.654)
Neutralidade da Parcela A	-	(5.900)	-	-	-	(5.900)
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros bruto	1.681.945	(1.161.419)	86.896	(47.536)	1.768.841	(1.208.955)
Apresentação pelo líquido	(1.161.419)	1.161.419	(47.536)	47.536	(1.208.955)	1.208.955
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	520.526	-	39.360	-	559.886	-
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16)	48.149	-	3.641	-	51.790	-
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros líquido	568.675	-	43.001	-	611.676	-

	31.12.2014					
	Circulante		Não circulante		Total	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	549.409	(139.170)	361.585	(127.059)	910.994	(266.229)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.033	-	9.022	-	32.055	-
Custo de aquisição de energia	488.852	-	330.632	-	819.484	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(139.170)	-	(127.059)	-	(266.229)
PROINFA	7.729	-	147	-	7.876	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	681	-	766	-	1.447	-
Transporte de energia pela rede básica	29.114	-	21.018	-	50.132	-
Itens Financeiros	148.987	(30.660)	256.743	-	405.730	(30.660)
Outros itens financeiros	16.632	(16.140)	-	-	16.632	(16.140)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	132.355	-	256.743	-	389.098	-
Neutralidade da Parcela A	-	(14.520)	-	-	-	(14.520)
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros bruto	698.396	(169.830)	618.328	(127.059)	1.316.724	(296.889)
Apresentação pelo líquido	(169.830)	169.830	(127.059)	127.059	(296.889)	296.889
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	528.566	-	491.269	-	1.019.835	-
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16)	48.892	-	45.443	-	94.335	-
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros líquido	577.458	-	536.712	-	1.114.170	-

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

SALDO EM 31.12.2014	1.114.170
(+) Constituição ^(a)	1.040.450
(-) Amortização ^(a)	(587.719)
(-) Recebimento de recursos de Conta ACR e CCRBT ^(a)	(1.049.263)
(+) Atualização Selic (Nota 33)	94.038
SALDO EM 31.12.2015	611.676

(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica Parcela A e outros itens financeiros - Receita não faturada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros líquido e sem o efeito da majoração de PIS/COFINS por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 05.11.2015	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo Homologado pela Aneel no reajuste de 05.11.2015	603.772	-	603.772
Parcela A e Outros Itens Financeiros (Amortização/Constituição)	(91.116)	47.230	(43.886)
SALDO EM 31.12.2015	512.656	47.230	559.886

(f) Venda de Ativos da controlada em conjunto Renova Energia (“Renova”) para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”)

Em 19 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação entre a Renova Energia e a TerraForm Global com a venda dos ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador. Os ativos dos projetos foram alienados pelo montante de R\$451.000 e R\$845.026, respectivamente. O resultado dessa transação gerou um ganho de R\$70.433 para a controlada Light Energia, reconhecido como resultado de equivalência patrimonial em decorrência da participação da Light Energia na Renova.

(g) Rescisão do Contrato de Compra e Venda das Ações da Renova (“CCVA”) entre a controlada Light Energia e a SunEdison, INC. (“SunEdison”)

Em 01 de dezembro de 2015, a Light Energia recebeu a notificação da SunEdison que informou a rescisão do CCVA.

Nos termos do Contrato, caso o fechamento da Operação não ocorresse até 30 de novembro de 2015, quaisquer das Partes poderia, por meio de notificação à outra parte, dar por terminado o CCVA, sem ônus. A realização da Operação estava sujeita a uma série de condições precedentes e, apesar de algumas dessas condições não terem sido integralmente satisfeitas, a SunEdison e a Light Energia estavam em negociação visando concluir a Operação. Porém, devido às condições adversas de mercado, a negociação não prosperou.

Adicionalmente, está automaticamente extinto, o Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Renova Energia, entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a Light Energia, onde as partes negociaram que, em contrapartida ao não exercício do Direito de Venda Conjunta pela BNDESPAR, a Light Energia concederia à BNDESPAR uma Opção de Venda sobre a totalidade das *units* de emissão da Renova Energia de sua titularidade.

(h) Cancelamento da Fase II do Acordo da Renova com a TerraForm Global

Em 01 de dezembro de 2015, a Renova recebeu a notificação da TerraForm Global que informou o cancelamento da segunda fase do seu Acordo com a TerraForm Global e SunEdison. Uma das condições precedentes para a realização desta fase do Acordo era a conclusão da venda da participação da Light Energia no bloco de controle da Renova para a SunEdison. Com a não consumação da venda desta participação, a segunda fase do Acordo está foi automaticamente cancelada.

(i) Celebração do Contrato de Suporte de Acionistas da Renova

Em 11 de dezembro de 2015, ocorreu a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas entre a controlada Light Energia, RR Participações, Cemig GT, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, tendo como interveniente a Renova. Os membros do Bloco de Controle da Renova se comprometeram a aportar recursos na controlada sob a forma de capital social se houver insuficiência de recursos disponíveis na Renova para o pagamento de juros da

sua 3ª Emissão de debêntures. De acordo com a participação da Light Energia no capital social da Renova, o valor estimado dessa possível obrigação futura é de R\$11.300, sem previsão de liquidação.

(j) Operação Zelotes

Conforme Comunicados ao Mercado, divulgados em 30 de março de 2015 e 14 de abril de 2015, a investida indireta Light informou, no âmbito das notícias veiculadas na imprensa sobre a Operação Zelotes, que não tem conhecimento das supostas irregularidades, que a envolvam, ou às suas subsidiárias, não foi notificada até o momento e que todos os julgamentos de processos nos quais suas subsidiárias obtiveram êxito foram baseados em teses jurídicas de conhecimento geral, fundamentadas em pareceres de personalidades renomadas no meio jurídico, bem como por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovaram a improcedência das autuações fiscais.

(k) Guanhães Energia S.A

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a investida indireta Light informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. (“Investminas”) e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia.

(l) Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia):

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia), investida da Light S.A, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela investida indireta Light (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para eventuais aportes pela investida indireta Light na NESA nos próximos exercícios é de até R\$68.500. A previsão para a última Unidade Geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

A Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobrás participam de forma corporativa ou minoritária. Este trabalho ainda está em andamento. Diante disso, as auditorias das demonstrações financeiras da Amazônia Energia e da NESA não foram finalizadas até a presente data. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma preliminar destas investigações. Conforme a evolução das investigações produzirem informações relevantes, a Companhia avaliará eventuais impactos

sobre as demonstrações financeiras, os quais serão contabilizados e/ou divulgados quando aplicável.

8. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Redentor tem como acionista controlador a Parati, empresa de capital fechado, pertencente ao grupo da Companhia composto pela Cemig e Redentor Fundo de Investimentos em Participações (“FIP Redentor”).

A composição acionária está divulgada na nota 10.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, na controladora, o saldo com partes relacionadas referia-se ao saldo de dividendos a receber da controlada RME, no valor de R\$1.449 e R\$20.659, respectivamente, e no consolidado, os dividendos a receber da investida indireta Light, no montante de R\$1.312 e R\$20.515, respectivamente.

A remuneração total dos Administradores, no período findo em 31 de dezembro de 2015, corresponde na controladora a R\$178 (R\$161 em 2014) e no consolidado a R\$212 (R\$192 em 2014). Na Companhia a remuneração abrange os Conselhos de Administração e Fiscal e a Diretoria, enquanto, na controlada RME, apenas Diretoria.

A Controlada RME aplica parte de seus recursos financeiros em fundo de investimento exclusivo (FIC Pampulha), que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia.

As aplicações financeiras correspondem à participação da Controlada da Redentor (RME) no fundo de investimento em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$7.125, cuja representação é de 0,51% do total do fundo. O fundo de investimento é administrado pelo Banco Votorantim S.A. e foi constituído com o objetivo de atender empresas do Grupo Cemig.

9. DIVIDENDOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$1.413 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício de 2015.

O Estatuto Social prevê que ao lucro que remanescer após a constituição da reserva legal, será dado à seguinte destinação:

- (a) Distribuição de dividendos obrigatórios, não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- (b) Distribuição de dividendos adicionais e discricionários, em cada exercício social, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, até o montante de 100% (cem por cento) da parcela do lucro líquido remanescente.

Os dividendos propostos, calculados originalmente no encerramento do exercício de 2015 são como se segue:

	<u>2015</u>	<u>R\$/ação</u>	<u>2014</u>	<u>R\$/ação</u>
Lucro líquido do exercício	5.950		86.635	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(297)		(4.332)	
Lucro líquido ajustado	5.653	0,05	82.303	0,76
Realização de mais valia reflexa da investida	2.542		2.564	
Realização de outros resultados abrangentes	-		-	
Lucro à disposição dos acionistas	<u>8.195</u>	0,08	<u>84.867</u>	0,78
Destinação do resultado				
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado	(1.413)	0,01	(20.576)	0,19
Lucros retidos conforme Estatuto	(6.782)	0,06	(64.291)	0,59
Nº de ações	108.480.828		108.480.828	

O Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 29 de abril de 2016, que o resultado do exercício de 2015, no montante de R\$5.950, somado ao valor de R\$2.542 referentes à realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, fosse dada a seguinte destinação:

- O valor de R\$297, correspondente a 5% do Resultado seja utilizado na constituição da Reserva Legal, com base no Estatuto Social e Lei das Sociedades por Ações;
- O valor de R\$1.413 será distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, a ser pago em até duas parcelas e até 31 de dezembro de 2016;
- O valor de R\$6.782, seja retido como Reserva de Lucros Estatutárias até o limite máximo do valor do Capital Social, conforme previsto nos artigos 194 e 199 da Lei nº 6.404/1976. A referida reserva poderá ser utilizada: (a) para a distribuição de dividendos extraordinários ou adicionais; (b) para reforçar o capital de giro da Companhia; e/ou (c) em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do Capital da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, relativo ao exercício de 2014, no montante total de R\$20.576, deliberado na AGO de 27 de abril de 2015, foram pagos, em parcela única, em 30 de dezembro de 2015.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Redentor está representado por R\$250.576, dividido em 108.480.828 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>%</u>
	ON		ON	
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica	108.250.866	99,79	105.019.680	96,81
Minoritários	229.962	0,21	3.461.148	3,19
Total	<u>108.480.828</u>	100,00	<u>108.480.828</u>	100,00

(b) Reservas de Lucros

Reserva Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Os Ajustes de Avaliações Patrimoniais são provenientes de: (i) reserva reflexa de custo atribuído - ajuste reflexo da investida indireta Light, quando do reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*), na data da adoção do IFRS e novos CPCs, e (ii) outros resultados abrangentes - perdas ou ganhos de passivos atuariais de plano de pensão provenientes de ajuste reflexo da investida indireta Light, quando do reconhecimento do CPC 33, na adoção do IFRS e novos CPCs.

Os valores vêm sendo realizados à mesma medida da realização na investida indireta Light.

(c) Transferência de Controle e Ofertas Públicas de Aquisição de Ações Ordinárias, de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída de Novo Mercado (OPA Unificada) e de Fechamento

Em 12 de maio de 2011, o controle acionário da Redentor foi adquirido pela Parati, sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social é detido pela Cemig, com 25%, e pelo FIP Redentor, com 75%. O FIP Redentor tem como cotistas o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Votorantim S.A., o BB Banco de Investimento S.A., e o Banco BTG Pactual S.A.

A Parati, em decorrência da citada aquisição, realizou em 30 de setembro de 2011, uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) por Alienação de Controle, adquirindo 46.341.664 ações ordinárias da Redentor, equivalente a 42,72% do total de ações, passando a deter 96,8% do seu capital social.

Em 11 de novembro de 2011, a Redentor divulgou Fato Relevante anunciando sua decisão de lançar uma nova OPA, desta vez para Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída do Novo Mercado (“OPA Unificada”).

Em 14 de março de 2013, o leilão foi realizado e a Parati adquiriu 6.451 (seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 0,19% (dezenove centésimos por cento) das ações em circulação e 0,01% (um centésimo por cento) do capital social, passando a deter 105.019.680 (cento e cinco milhões, dezenove mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias, representativas de 96,81% (noventa e seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento) do capital social da Companhia.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas foi inferior ao montante mínimo de 2/3 das ações em circulação, conforme previsto no inciso II, do artigo 16, da Instrução da CVM nº 361 de 5 de março de 2002, conforme alterada, a Companhia deverá permanecer registrada perante a CVM, com suas ações ordinárias sendo negociadas no segmento tradicional da BM&FBovespa, deixando de sujeitar-se às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com exceção do disposto nos itens 11.6 a 11.8 do mencionado Regulamento.

Em 03 de junho de 2015, a Redentor publicou Fato Relevante informando ao mercado que seu acionista controlador, Parati, detentor de 96,81% do capital social total da Companhia, recebeu dos fundos Pátria *Hedge Master Fim* e *Absolute Alpha Master Fim* (“Acionistas”), que juntos detêm 2,30% do capital social total da Companhia, montante representativo de 72,16% das ações em circulação, proposta de alienação de suas ações no âmbito de uma oferta pública para fins de cancelamento de registro como companhia aberta da Redentor.

Os Acionistas se comprometeram a alienar suas ações em uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pelo valor de R\$6,00 (seis reais) por ação ordinária, corrigido pela variação da taxa Selic (“taxa Selic”), desde o dia 1º de junho de 2015 até a data de liquidação do referido leilão.

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia informou a decisão da Parati em lançar a Oferta Pública para Cancelamento de Registro, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 361 e do capítulo VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ao preço máximo de R\$ 6,11 (seis reais e onze centavos) por ação ordinária, corrigidos pela variação da taxa Selic, a partir de 21 de julho de 2015 até a data de liquidação do leilão da Oferta.

Em 18 de novembro de 2015, a Companhia publicou o Edital de Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão informando aos acionistas as condições e procedimentos para a realização do leilão em 18 de dezembro de 2015.

Em 23 de dezembro de 2015, foi realizado a liquidação do leilão e a Parati adquiriu 3.231.187 (três milhões, duzentos e trinta e uma mil, cento e oitenta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 2,98% (dois inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do capital social, passando a deter 108.250.866 (cento e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e seis) ações ordinárias, representativas de 99,79% (noventa e nove inteiros e setenta e nove centésimos por cento) do capital social da Companhia.

11. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Consolidado e Controladora	
	2015	2014
Numerador		
Lucro Líquido do exercício	5.950	86.635
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	108.480.828	108.480.828
Lucro básico e diluído por ação ordinária em R\$	0,05	0,80

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem diferenças entre o lucro por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos emitidos que tragam efeitos dilutivos ao cálculo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	10	10	2	2
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	1.173	1.138	1.539	1.533
Dividendos a receber	1.449	1.449	20.659	20.659
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	20	20	20	20
Dividendos a pagar	1.413	1.413	20.576	20.576

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	1.206	738	738
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	8.149	7.903	8.526	8.514
Dividendos a receber	1.312	1.312	20.515	20.515
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	24	24	35	35
Dividendos a pagar	1.413	1.413	20.576	20.576

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data das demonstrações financeiras.

- Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

- Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como “empréstimo e recebíveis” e os dividendos a pagar estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data das demonstrações financeiras.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” (cenário I) considerou a taxa de juros, projetando-se o CDI para 31 de dezembro de 2016 em 13,75% conforme expectativa de mercado, baseada em dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 31 de dezembro de 2016. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

Risco de Redução das Taxas de Juros:

	<u>Risco</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras (nota 3)	Queda do CDI	1.181	1.343	1.303	1.262
Títulos e Valores Mobiliários	Queda do CDI	8.149	9.269	8.989	8.709
Total		<u>9.330</u>	<u>10.612</u>	<u>10.292</u>	<u>9.971</u>
Impacto decorrente de decréscimos nas taxas			1.283	962	641

(a) Valor Justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada possuíam como instrumentos financeiros - aplicações financeiras, classificadas como equivalente de caixa e mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

(b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, procedendo às devidas adequações em sua estratégia, quando necessário. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

(c) Política de utilização de derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos em 31 de dezembro de 2015. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

13. SEGUROS

A Companhia, por ser uma *holding* com participação indireta na Light, por meio da sua controlada RME, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos, tem contratado seguros para: i) *Directors&Officers* (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais e, desta forma, sua Administração entende serem suficientes os seguros efetuados.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Não adesão por partes da investida indireta Light Energia e da investida indireta Lightger à proposta de repactuação do risco hidrológico

Em janeiro de 2016, após a avaliação dos vários cenários do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) conjugados com as obrigações e os direitos definidos pela Resolução Normativa da Aneel 684/2015, a investida Light S.A decidiu por não aderir à proposta de repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), conforme condições estabelecidas.

b) Rolagem do empréstimo junto ao Santander

Em 02 de fevereiro de 2016, foi realizada a rolagem da Operação 4131 da investida indireta Light SESA com o Santander, no montante de R\$120.000. A dívida vence no dia 1º de fevereiro de 2017 e tem taxa de juros de CDI + 4,01 a.a.

c) Aumento de Capital na investida indireta Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2016, a Administração da Renova aprovou aumento de capital no valor de R\$731.248 mediante a emissão de até 81.587.997 de novas ações ordinárias e de até 28.208.946 de novas ações preferencias.

A Cemig Geração e Transmissão S.A - Cemig GT aprovou o aporte de até R\$240.000, sendo R\$85.000 subscritos e integralizados em 03 de fevereiro de 2016, R\$115.000 a serem subscritos e integralizados em março de 2016, e até R\$40.000 a serem subscritos e integralizados na rodada de sobras, no caso de existência.

Será dada preferência aos atuais acionistas da investida Light S.A. de participarem do aumento de capital na proporção de suas participações sociais. A investida indireta Light Energia ainda está avaliando se exercerá seu direito de preferencia para realizar algum aporte de capital considerando sua atual gestão de liquidez.

O Aumento de Capital é uma das ações para dar sequência ao plano de negócios da Renova após o cancelamento da Fase II da transação com a TerraForm e servirá para reforçar o caixa da investida Light S.A. e fazer frente à implantação dos projetos já em construção e em fase de desenvolvimento, bem como para honrar com as despesas e dívidas da holding.

d) Solicitação de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 05 de fevereiro de 2016, a investida indireta Light SESA protocolou requerimento solicitando à Diretoria Colegiada da Aneel a Revisão Tarifária Extraordinária de suas tarifas, conforme prevê a Subcláusula Nona da Cláusula Sétima de seu Contrato de Concessão, em razão de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro de sua concessão. Tal desequilíbrio foi causado por questões alheias à gestão da investida indireta Light SESA, principalmente: (i) a redução de sua margem (Parcela B) causada pelo aumento relevante dos itens da Parcela A, que majorou significativamente os prejuízos causados pela inadimplência e pelo furto de energia, além das perdas financeiras causadas pelo saldo expressivo da CVA; e (ii) a obrigação de realizar investimentos vultosos extraordinários direta e indiretamente relacionados aos Jogos Olímpicos Rio 2016, cuja remuneração só ocorreria a partir da próxima Revisão Tarifária Periódica, prevista para novembro de 2018.

e) Rolagem do empréstimo junto ao Tokyo

Em 11 de março de 2016, foi realizada a rolagem parcial da Operação 4131 da investida indireta Light SESA com o Tokyo, no montante de R\$109.000. A dívida vence no dia 11 de março de 2017 e tem taxa de juros de CDI + 4,28 a.a.

f) Fechamento de Capital da Redentor

A Redentor requereu e foi concedida pela CVM, o cancelamento de Registro de Emissor - Categoria "A", de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76, conforme Ofício nº 20/2016-CVM/SEP/GEA-1, de 19 de janeiro de 2016.

Em 27 de janeiro de 2016, a BM&FBovespa, cancelou, de ofício, nos termos do item 9.3, letra "a", de seu Regulamento o registro da Companhia aberta junto a CVM.

Tendo em vista o cancelamento de registro de emissor e o cancelamento de companhia aberta, a Redentor irá realizar, no 1ª Semestre de 2016, Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o resgate das 229.962 ações ordinárias remanescentes, conforme já informado no Edital de OPA.

Conselho de Administração

César Vaz de Melo Fernandes
Oderval Esteves Duarte Filho
Marcos Ricardo Lot
Maura Galuppo Botelho Martins
Paulo Ângelo Carvalho de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Tito Lívio de Figueiredo
Adriano Miglio Porto
Amâncio Acurcio Gouveia
Francisco Vicente Santana Silva Telles

Suplentes

Aluisio Eustáquio de Freitas Marques
Rodrigo de Oliveira Perpétuo
Paulo César Teodoro Bechtluft
Antônio Kardec Gomes

Diretoria

Paulo Eduardo Pereira Guimarães - Diretor Presidente
Guilherme Rodrigues de Paula Chiari - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
João Alan Haddad - Diretor Administrativo

Contador

Edmundo Leão de Matos Filho
CRC-MG nº 56.401/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Redentor Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Redentor Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Ausência de evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento e resultado de equivalência da Investida indireta Amazônia Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo naquela data

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a investida Light S.A possui investimento indireto na Norte Energia S.A. (“Norte Energia”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, que está sendo objeto de investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Em decorrência da não finalização dessa investigação, os exames de auditoria das demonstrações financeiras da Amazônia Energia S.A. (“Amazônia Energia”), investidora direta na Norte Energia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento detido pela investida Light S.A na Amazônia Energia, no montante de R\$174.445 mil em 31 de dezembro de 2015, e ao resultado negativo de equivalência patrimonial correspondente de R\$1.661 mil para o exercício findo naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Redentor Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC 1MG 089.422/O-0

REDENTOR ENERGIA S.A.
CNPJ/MF 12.126.500/0001-53
NIRE 31.3.0010645-4
Companhia Fechada

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Redentor Energia S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2016, no sentido de que, o Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$5.950 mil, que somado à realização de mais valia reflexa da Light S.A., no valor de R\$2.542 mil, totaliza o montante de R\$8.492 mil, a ser distribuído da seguinte forma: I- o valor de R\$297 mil, relativo a 5% do Lucro Líquido de 2015, seja alocado à conta de Reserva Legal, conforme artigo 193 da Lei 6.404/1976; e, II- o valor restante, no montante de R\$8.195 mil, referente à somatória do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R\$5.653 mil, e da realização de mais valia reflexa da Light S.A., na quantia de R\$2.542 mil, tenha o seguinte destino: a) o valor de R\$1.413 mil, correspondente a 25% do Lucro Líquido Ajustado, a serem pagos aos acionistas, a título de dividendos obrigatórios, em até duas parcelas e até 30-12-2016, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus aqueles que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o assunto; e, b) o restante, no montante de R\$6.782 mil, seja destinado à conta de Lucros Retidos, conforme previsão no Estatuto Social. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, opinaram, por unanimidade, favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016.

Rodrigo de Oliveira Perpetuo

Tito Lívio de Figueiredo

Francisco Vicente Santana Silva Telles

Amancio Acúrcio Gouveia